



**MUNICÍPIO DE AZAMBUJA**  
**Câmara Municipal**  
**EDITAL**  
**Nº125 / 2011**

--- Joaquim António Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Azambuja. ---  
--- Torna públicas, de acordo com as disposições do art.º 91 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as deliberações da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Azambuja, realizada no dia 11 de Outubro de 2011. ---

**--- ORDEM DO DIA ---**

**---1. PROPOSTAS---**

**---1. Proposta Nº 83 / P / 2011---**

--- O Sr. Vice-Presidente apresentou a Proposta que se transcreve: ---  
---“ Considerando que no âmbito do processo n.º 427/02-EUC, em nome de Casa do Pombal “A Mãe”, foram licenciadas obras de alteração e ampliação do edifício localizado em Aveiras de Cima e destinado a Centro de Acolhimento para Crianças em Risco; ---  
--- Considerando que em 12/9/2009 foi concedida autorização de utilização para o edifício tendo sido liquidadas as taxas devidas pela emissão do alvará de utilização no valor de 1.210,00€ (mil duzentos e dez euros) e que a Casa do Pombal “A Mãe” requereu em 26/9/2011 a isenção do seu pagamento; ---  
--- Considerando que a Casa do Pombal “A Mãe” tem por fim dar apoio e acolhimento a crianças que sejam vítimas de maus tratos, de abandono, desamparo, exclusão social ou se encontrem em situações susceptíveis de porem em perigo a sua segurança, saúde, educação e formação moral, e ainda proporcionar às crianças utentes da Associação um ambiente e condições que lhes permitam o melhor desenvolvimento físico e psíquico, cooperar com organismos públicos e privados, em ordem a detectar a nível comunitário crianças em situação de risco e activar todos os trâmites ou diligências necessários para a correcta resolução das situações encontradas, bem como dar resposta a situações que lhe sejam apresentadas e que estejam no âmbito dos objectivos da Associação; ---  
--- Considerando que se trata de uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve uma importante acção social na área do município de Azambuja, prosseguindo actividades de interesse público; ---  
--- Considerando a especial natureza desta entidade como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), tendo sido reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública através da declaração de 23/3/2000, emitida pela Direcção-Geral da Acção Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade publicada no DR III Série de 11/4/2000 – Anexos 1 e 2; ---  
--- Considerando que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, republicado pelo D.L. n.º 159/2009, de 13 de Julho, as IPSS beneficiam de isenção de IRC e que o n.º 2 do artigo 6º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja prevê a possibilidade de a Câmara Municipal dispensar o pagamento das taxas a estas entidades; ---

--- Proponho: ---

---“ Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da competência prevista no n.º 2 do artigo 6º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços do Município de Azambuja (Regulamento n.º 816/2010 publicado no DR II Série de 27/10/2010, com a Declaração de Rectificação n.º 2255/2010, DR II Série de 5/11/2010), isentar a Casa do Pombal “A Mãe” – Associação de Solidariedade Social, do pagamento, no âmbito do processo n.º 427/02-EUC, das taxas devidas pela emissão do alvará de utilização do edifício destinado a Centro de Acolhimento para Crianças em Risco, em Aveiras de Cima”. ---

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 83 / P / 2011 foi aprovada por unanimidade. ---

**--- 2.CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS ---**

**--- 2.1Proposta Nº84 / P / 2011 ---**

--- A Proposta foi retirada. ---

**--- 2.2.Proposta Nº42/VP / 2011 -----**

--- O Sr. Vice-Presidente apresentou a Proposta que se transcreve -----

---“ Considerando:-----

---Que faz parte das competências do Município, deliberar e apoiar entidades e organismos legalmente constituídos, na prossecução de obras de interesse municipal, cfr. al) a), do nº4, do art. 64, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

---Que o Município é proprietário de um prédio urbano sito na Rua Vítor Coutinho da Costa, na localidade, freguesia e concelho de Azambuja, inscrito na matriz sob o artigo 525, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Azambuja sob o número 3278;-----

---Que a CERCI- Flor da Vida tem dificuldades na obtenção de um espaço para a realização de actividades de carpintaria e espaço para arrumos;-----

---Que o Município não necessita de utilizar, de imediato, a totalidade do referido edifício tendo, inclusivamente já cedido parte deste ao Rancho Folclórico Ceifeiras e Campinos de Azambuja;

---Que é do interesse do Município e da CERCI-Flor da Vida unir esforços com vista a prosseguir actividades de interesse social para a população da freguesia”. -----

---Proponho: -----

--- “Que a Câmara Municipal de Azambuja, delibere ceder à CERCI-Flor da Vida, a utilização de parte do edifício supra identificado, para o desenvolvimento de actividades de carpintaria, e espaço para arrumos, nos termos e condições do protocolo em anexo”.-----

--- PROTOCOLO PARA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO -----

---ENTRE, -----

---O MUNICÍPIO DE AZAMBUJA, adiante designado por MUNICÍPIO, com sede na Praça do Município, n.º19, 2050-315 Azambuja, com o NIPC 506 821 480 aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim António Ramos, com poderes para o acto, -----

---E -----

---CERCI, Flor da Vida adiante designado por CERCI, com sede na Quinta das Rosas, freguesia e concelho de Azambuja, com o NIPC 501 066 152, aqui representada pelo seu Presidente, o Senhor Carlos Alberto Afonso Neto, com poderes para o acto, -----

---É celebrado o presente protocolo que se rege pelas circunstâncias e cláusulas seguintes:-----

---CIRCUNSTÂNCIAS:-----

---Considerando que o MUNICÍPIO é proprietário a de um prédio urbano sito na Rua Vítor Coutinho da Costa, freguesia e concelho de Azambuja, inscrito na matriz sob o artigo 525, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Azambuja sob o número 3278;-----

---Considerando que a CERCI tem dificuldades na obtenção de um espaço para a realização de actividades de carpintaria e espaço para arrumos.-----

---Considerando que o MUNICÍPIO não necessita de utilizar de imediato a totalidade do referido edifício tendo, inclusivamente já cedido parte deste ao Rancho Folclórico Ceifeiras e Campinos de Azambuja;-----

---Considerando que é do interesse do MUNICÍPIO e da CERCI unir esforços com vista a prosseguir actividades de interesse social para a população da freguesia. -----

---CLÁUSULAS:-----

---PRIMEIRA-----

---(Objecto e Âmbito)-----

---O MUNICÍPIO cede a utilização de parte do edifício supra identificado à CERCI para o desenvolvimento de actividades carpintaria, e um espaço para arrumos, ficando expressamente proibido o desenvolvimento de qualquer outra actividade, não podendo por isso a CERCI dar-lhe outro uso sem autorização expressa e escrita do MUNICÍPIO.-----

---As partes desde já acordam que a utilização do prédio será efectuada nas condições em que este se encontra actualmente, e que é do conhecimento de ambas as partes.-----

---SEGUNDA-----

---(Prazo de Utilização)-----

---O presente Protocolo entra em vigor no dia da sua outorga e vigorará até que seja denunciado por qualquer uma das partes, e sem necessidade de invocação de justificação. -----

---Para efeitos do número anterior a parte interessada em fazer cessar os efeitos do presente Protocolo, deverá notificar a outra com antecedência de 60 dias, por meio de carta registada com

aviso de recepção. -----

---TERCEIRA-----

---(Consumos)-----

---A CERCÍ compromete-se a manter o espaço cedido limpo e em bom estado de conservação, sendo responsável pelas despesas como consumo de água, saneamento, gás e energia eléctrica. -----

---QUARTA-----

---(Obras e Regime das Benfeitorias)-----

---Quaisquer obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação realizadas pela CERCÍ, terão que ser previamente autorizadas por escrito pelo MUNICÍPIO, não podendo ser exigido quaisquer quantias a título indemnizatório ou compensatório pela realização das mesmas. -----

---QUINTA-----

---(Incumprimento)-----

---O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações que para elas resultam deste Protocolo, não estando o mesmo sanado no prazo de 30 dias após a sua verificação e respectiva notificação, confere à parte não faltosa a faculdade de o fazer cessar, unilateralmente e de imediato. -----

---SEXTA-----

---(Detenção)-----

---A utilização do espaço aqui acordada apenas atribui à CERCÍ a qualidade de mero detentor, não lhe conferindo assim, de modo algum, seja a que título for, a posse do mesmo. -----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º 42 /NP / 2011 foi aprovada por unanimidade. -----

---2.3. Proposta Nº25 /VSL / 2011 -----

--- O Sr. Vice-Presidente apresentou a Proposta que se transcreve -----

---" Considerando:-----

--- Que as Câmaras Municipais desempenham um papel relevante no panorama nacional em termos de protecção e defesa do ambiente, tendo simultaneamente um conhecimento aprofundado dos hábitos e necessidades das populações; -----

--- Que, no exercício das suas competências, as Câmaras Municipais produzem VFV – veículos em fim de vida, e vêem-se ainda obrigadas a recolher VFV abandonados na via pública, aos quais importa dar um destino adequado; -----

--- Que a VALORCAR foi licenciada como entidade gestora do Sistema Integrado de Gestão de VFV, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2008, de 8 de Abril; -----

--- Que a VALORCAR se propõe colaborar com a Câmara na melhoria dos processos de gestão, tratamento, transporte e reciclagem dos VFV produzidos no Concelho de Azambuja nos termos da minuta de protocolo em anexo". -----

--- "Proponho:-----

--- Que a Câmara Municipal aprove deliberar a aprovação do Protocolo em anexo, com vista a estabelecer mecanismos de cooperação para a gestão ambientalmente equilibrada dos Veículos em Fim de Vida". -----

---PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM VISTA À GESTÃO AMBIENTALMENTE EQUILIBRADA DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA. -----

---Entre:-----

---VALORCAR – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda., com sede na Av. Torre de Belém, 29, 1400-342 Lisboa, pessoa colectiva número 506653536, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – 3ª Secção, sob o n.º 13836/031119, neste acto devidamente representada por Ana Paula Ribeiro Salgado Teles, Isabel Maria Ferreira Batista e Helder Barata Pedro, na qualidade de Gerentes com poderes para o acto, adiante designada abreviadamente por "VALORCAR", -----

---e-----

---CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA, com sede na Praça do Município, nº19, em Azambuja, neste acto representada pelo Dr. Joaquim António Ramos, na qualidade de Presidente da Câmara, de ora em diante designada por "CÂMARA MUNICIPAL", -----

---Em conjunto designadas por "Partes",-----

---Considerando:-----

---a)A necessidade de se incrementar a gestão ambientalmente equilibrada dos Veículos em Fim de

Vida (VfV) produzidos no País, assegurando que o seu tratamento e reciclagem decorrem no estrito respeito por todas as normas legais;-----

---b) Que esta acção pode ser potenciada através da participação e colaboração activa das Partes aqui envolvidas;-----

---c) Que as Câmaras Municipais desempenham um papel relevante no panorama nacional em termos de protecção e defesa do ambiente, tendo simultaneamente um conhecimento aprofundado dos hábitos e necessidades das populações;-----

---d) Que, no exercício das suas competências, as Câmaras Municipais produzem VfV e vêem-se obrigadas a recolher VfV abandonados na via pública, aos quais importa dar um destino adequado;-----

---e) Que a VALORCAR foi licenciada como entidade gestora do Sistema Integrado de Gestão de VfV, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2008, de 8 de Abril;-----

---f) Que a VALORCAR possui uma rede nacional de operadores autorizados pelas autoridades competentes para a recepção/tratamento de VfV nos termos do Decreto-Lei n.º 196/2003, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2008, adiante designada por "REDE VALORCAR";-----

---g) Que a VALORCAR tem ainda como missão a promoção da sensibilização e da informação sobre os procedimentos a adoptar em termos de gestão de VfV, seus componentes e materiais.-----

---É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:-----

---Cláusula Primeira-----

---Objectivo-----

---Constitui objectivo do presente Protocolo estabelecer mecanismos de cooperação entre as Partes, com vista a contribuir para a gestão ambientalmente equilibrada dos VfV produzidos no País e simultaneamente garantir um tratamento adequado e a reciclagem dos VfV produzidos/detidos pela CÂMARA MUNICIPAL.-----

---Cláusula Segunda-----

---Acções a desenvolver pela VALORCAR-----

---No âmbito do presente Protocolo, a VALORCAR compromete-se a:-----

---a) Participar, de acordo com as suas disponibilidades e no âmbito das suas competências, em acções de formação/divulgação promovidas pela CÂMARA MUNICIPAL e para as quais a sua colaboração venha a ser solicitada;-----

---b) Organizar visitas a empresas que pertençam à REDE VALORCAR com vista à sua integração em acções de formação/divulgação promovidas pela CÂMARA MUNICIPAL, sempre que a sua colaboração venha a ser solicitada;-----

---c) Divulgar à CÂMARA MUNICIPAL a lista das empresas que pertencem à REDE VALORCAR, as quais se encontram devidamente autorizadas para exercerem a actividade de tratamento de VfV, de acordo com o Decreto-Lei n.º 196/2003, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2008;-----

---d) Divulgar à CÂMARA MUNICIPAL todas as alterações à tramitação processual e à metodologia de gestão de VfV que resultem da entrada em vigor de nova legislação.-----

---Cláusula Terceira-----

---Acções a desenvolver pela CÂMARA MUNICIPAL-----

---No âmbito do presente Protocolo, a CÂMARA MUNICIPAL compromete-se a encaminhar para tratamento e reciclagem em empresas da REDE VALORCAR os VfV que detenha por terem sido abandonados na via pública e os VfV originários da frota municipal, desde que, cumpridos estejam todos os procedimentos e acções previstos no regime jurídico de aquisição, gestão e alienação dos bens móveis do domínio privado da autarquia, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro, designadamente os previstos no artigo 9.º do citado diploma.-----

---Cláusula Quarta-----

---Procedimentos de selecção-----

---Para efeitos da Cláusula Terceira, deverá ser seguido o seguinte procedimento:-----

---a) A CÂMARA MUNICIPAL comunicará à VALORCAR os dados dos veículos em causa, a sua localização e outras informações consideradas relevantes;-----

---b) A VALORCAR transmitirá a todas as empresas da REDE VALORCAR esses dados;-----

---c) As empresas da REDE VALORCAR formalizarão o seu interesse e respectivas condições directamente à CÂMARA MUNICIPAL;-----

---d) A CÂMARA MUNICIPAL comunicará à VALORCAR qual a empresa seleccionada e quais as

condições acordadas.-----

---e)A empresa seleccionada assegurará:-----

---i)Que os VFV em causa serão transportados de acordo com o artigo 18º do Decreto-Lei n.º 196/2003, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2008, e nas condições constantes do Anexo I do presente Protocolo;-----

---ii)Que os VFV serão tratados de acordo com o artigo 20º do Decreto-Lei n.º 196/2003, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2008, e nas condições constantes do Anexo II do presente Protocolo;-----

---iii)A emissão de um certificado de destruição por cada VFV recebido, nos termos do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 196/2003, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2008, e do Anexo III do presente Protocolo.-----

---f)Sem prejuízo do disposto nas alíneas supra, a Câmara Municipal reserva-se o direito de não encaminhar para tratamento e reciclagem os VFV, sempre que não considerar as propostas vantajosas.-----

---Cláusula Quinta-----

---Aspectos Económicos-----

---Todos os aspectos económicos relacionados com o transporte e tratamento dos VFV abrangidos pelo presente Protocolo serão da exclusiva competência da CÂMARA MUNICIPAL e da empresa da REDE VALORCAR que vier a ser seleccionada, não tendo a VALORCAR qualquer intervenção neste âmbito.-----

---Cláusula Sexta-----

---Avaliação-----

---A CÂMARA MUNICIPAL e a VALORCAR realizarão pelo menos uma reunião anual com vista a avaliar os resultados do presente Protocolo.-----

---Cláusula Sétima-----

---Comunicações-----

---1.Todas as comunicações entre as Partes a efectuar ao abrigo do presente Protocolo devem ser --- efectuadas por escrito, mediante carta, fax ou correio electrónico, para os endereços indicados pelas Partes.-----

---2.Quaisquer alterações aos endereços indicados no número anterior apenas se tornarão efectivas após a recepção pelas Partes da respectiva comunicação escrita.-----

---Cláusula Oitava-----

---Aditamentos-----

---Todos os aditamentos ao presente Protocolo farão parte integrante do mesmo e deverão constar de documento escrito e assinado pelas Partes.-----

---Cláusula Nona-----

---Rescisão-----

---O presente Protocolo pode ser rescindido a todo o tempo por qualquer uma das Partes, com base no seu incumprimento, mediante aviso prévio de 30 dias.-----

---Cláusula Décima-----

---Vigência-----

---O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigora até à sua rescisão nos termos da cláusula anterior.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 25 /VSL / 2011 foi aprovada por unanimidade-----

--- **3. Proposta Nº43/VP / 2011** -----

--- O Sr. Vice-Presidente apresentou a Proposta que se transcreve.-----

--- "Considerando que:-----

---O Programa de Emprego Apoiado, criado pelo Decreto-Lei n.º 40/83, de 25 de Janeiro, tem permitido a formação e inserção profissional de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sendo uma iniciativa aberta a entidades públicas e privadas a que o Município de Azambuja aderiu, e no âmbito da qual se constituiu um enclave composto por três pessoas que prestam trabalho nos serviços municipais desde 2002;-----

---A recente alteração legislativa ao programa introduzida pelo Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro, determinou que apenas os postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado promovidos por entidades privadas poderão receber apoios financeiros do Estado – cf. art.º 57.º do referido diploma;-----

---Para que se possam manter os actuais postos de trabalho a Câmara Municipal deverá assumir todos os inerentes encargos financeiros de natureza retributiva e contributiva;-----

Tendo em conta a natureza do serviço a que os trabalhadores estão afectos e a função social do próprio programa, considera-se que o Programa de Emprego Apoiado deverá continuar em funcionamento, mantendo-se os actuais postos de trabalho; -----

---O Instituto do Emprego e da Formação Profissional propôs à Câmara Municipal a celebração de um novo Acordo de Cooperação com vista a regular o funcionamento do Enclave, em substituição do anteriormente em vigor", -----

---Proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

---Assumir as despesas de funcionamento do Enclave actualmente em funcionamento na Câmara Municipal, promovendo a manutenção dos postos de trabalho em causa; -----

---Aprovar a celebração do Acordo de Cooperação com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, nos termos da minuta que se anexa à presente proposta. -----

---ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I. P.E O MUNICÍPIO DE AZAMBUJA -----

---O regime de emprego protegido instituído pelo Decreto-lei n.º 40/83, de 25 de Janeiro (alterado pelo Decreto-lei n.º 194/85, de 24 de Junho) tem constituído uma resposta alternativa de emprego e trabalho para pessoas com deficiência que, por dificuldades inerentes ao tipo e grau de deficiência, não têm condições para aceder ao mercado normal de trabalho, designadamente porque a respectiva produtividade é inferior à de um outro trabalhador para o mesmo posto de trabalho. -----

---O Decreto-lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro, que criou o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades, regulamentado pelo Despacho normativo n.º 18/2010, no Diário da República II Série, de 29 de Junho, revogou o Decreto-lei n.º 40/83, de 25 de Janeiro, que regulava o emprego protegido. -----

---No âmbito da medida emprego apoiado, prevêem-se como modalidades de apoio, entre outras, os centros de emprego protegido (CEP) e os contratos de emprego apoiado em entidades empregadoras, na qual se incluem os enclaves, que sucedem às previstas no Decreto-lei n.º 40/83, de 25 de Janeiro. -----

---Estas novas modalidades apresentam algumas inovações face ao regime vigente até então para os CEP e enclaves, nomeadamente quanto ao desaparecimento dos apoios financeiros para as entidades promotoras públicas. -----

---No que concerne aos CEP e enclaves em funcionamento à data da entrada em vigor do novo Programa passam a reger-se pelo mesmo, impondo-se a adaptação dos instrumentos de cooperação anteriormente celebrados, reflectindo o novo regime aplicável. -----

---Assim, entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., pessoa colectiva n.º 501 442 600, com sede na Rua de Xabregas, 52, Lisboa, nos termos das alíneas b) e h) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 213/2007, de 29 de Maio, alterado pelo Decreto-lei n.º 157/2009, de 10 de Julho, devidamente representado neste acto pelo Presidente do Conselho Directivo, Dr. Francisco Caneira Madelino, no uso da competência que lhe é atribuída pelo citado Decreto-lei e pelos Estatutos do IEFP, I. P., aprovados pela Portaria n.º 637/2007, de 30 de Maio, e alterados pela Portaria n.º 570/2009, de 29 de Maio adiante designado Primeiro Outorgante, e o Município de Azambuja, pessoa colectiva n.º 506821480, com sede no Largo do Município, n.º 19, 2050- 315 Azambuja, legalmente representado pelo seu Vereador, Senhor Luís Manuel Abreu de Sousa, e pela Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dra. Maria Irene Lameiro dos Santos, adiante designado Segundo Outorgante, é celebrado o presente Acordo de Cooperação que se rege nos termos das cláusulas seguintes: -----

---CLÁUSULA I -----

---OBJECTO -----

---1.O presente Acordo de Cooperação tem por objecto o funcionamento de um Enclave da titularidade do Segundo Outorgante, criado ao abrigo do disposto no Decreto-lei n.º 40/83, de 25 de Janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 194/85, de 24 de Junho. -----

---2.O presente Acordo de Cooperação substitui o Acordo de Cooperação celebrado com o Segundo Outorgante em Março de 2002, dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 93.º do Decreto-lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro. -----

---CLÁUSULA II-----

---REGIME---

---O presente Enclave rege-se pelas disposições do Decreto-lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro, adiante designado Decreto-lei, e do Despacho normativo n.º 18/2010, publicado no Diário da República II Série n.º 124 de 29 de Junho, referentes à modalidade de apoio Contrato de Emprego Apoiado em Entidades Empregadoras, no âmbito da medida Emprego Apoiado, nos termos do n.º 1 do artigo 93.º do Decreto-lei.---

---CLÁUSULA III---

---OBJECTIVO E NATUREZA DAS ACTIVIDADES---

---1.O Enclave visa assegurar aos trabalhadores em regime de emprego apoiado o exercício de uma actividade remunerada, bem como a possibilidade da sua formação e/ou aperfeiçoamento que permita, sempre que possível, a sua transferência para o mercado normal de trabalho.---

---2.As actividades a desenvolver em conjunto, num meio normal de trabalho, pelos trabalhadores do Enclave inserem-se no âmbito do apoio aos serviços administrativos da autarquia e da manutenção e limpeza de espaços exteriores.---

---3.As tarefas a executar pelos trabalhadores em regime de emprego apoiado são as que a seguir se discriminam: distribuição de documentação pelos diversos serviços da autarquia e entidades externas, tiragem de fotocópias, apoio na limpeza de ruas e manutenção e conservação de jardins.---

---CLÁUSULA IV---

---LOCALIZAÇÃO---

---O Enclave funcionará nas instalações do Município de Azambuja, sitas no Largo do Município, nº 19, 2050 – 315 Azambuja.---

---CLÁUSULA V---

---REGULAMENTO INTERNO---

---O Enclave tem um regulamento próprio, elaborado pelo Segundo Outorgante e aprovado pelo Primeiro, de acordo com as normas estabelecidas no Decreto-lei, e demais regulamentação aplicável.---

---CLÁUSULA VI---

---EQUIPA DE ENQUADRAMENTO---

---1.A equipa de enquadramento às actividades de produção, da responsabilidade do Segundo Outorgante, e prevista na alínea c), do n.º 2 do artigo 56.º, do Decreto-lei, é constituída por:---

---a)1 Técnica de Serviço Social;---

---b)1 Psicóloga;---

---c)1 Responsável pelos Serviços Administrativos;---

---d)1 Responsável pelos Serviços de Manutenção e Limpeza de Espaços Exteriores.---

---2.A coordenação das actividades a desempenhar pelo Enclave é da responsabilidade da Psicóloga referido na alínea b) do número anterior com a supervisão da equipa de enquadramento que, em colaboração com o IEFP, I. P. garantem a sua organização e funcionamento em estrita obediência aos normativos legais previstos na legislação aplicável.---

---3.A equipa de enquadramento funciona em pleno desde o início das actividades do Enclave.---

---CLÁUSULA VII---

---POSTOS DE TRABALHO---

---1.O Enclave desenvolve a sua actividade com 3 postos de trabalho em regime de emprego apoiado destinados a pessoas com deficiências e incapacidades, inscritas nos centros de emprego, com capacidade de trabalho não inferior a 30 % nem superior a 75 % da capacidade normal de trabalho de um trabalhador sem deficiência nas mesmas funções profissionais.---

---2.Os postos de trabalho a criar em regime de emprego apoiado manter-se-ão destinados a pessoas com deficiência nas condições previstas no número anterior, seleccionadas e avaliadas nos termos da Cláusula VIII durante toda a existência do Enclave.---

---3.Em caso de cessação de contratos de trabalho, por qualquer motivo, o Segundo Outorgante deve substituir os respectivos trabalhadores em regime de emprego apoiado por outros nas mesmas condições, no prazo de 90 dias.---

---CLÁUSULA VIII---

---SELECÇÃO E AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRABALHO---

---1.A selecção e avaliação das pessoas com deficiência a integrar no Enclave como trabalhadores em regime de emprego apoiado é efectuada através do Centro de Emprego da área de implantação do Enclave, nos termos dos artigos 72.º e seguintes do Decreto-lei.---

---2. Os trabalhadores em regime de emprego apoiado devem ser sujeitos a uma revisão da avaliação sempre que ocorram alterações relevantes, nomeadamente para efeitos de transição para o mercado normal de trabalho. -----

#### ---CLÁUSULA IX-----

##### ---CONTRATO DE TRABALHO-----

---1. O Segundo Outorgante celebra com os destinatários que, após avaliação, preencham os requisitos enunciados no artigo 55.º do Decreto-lei, um contrato de trabalho de acordo com as normas legais e convencionais da regulamentação geral do trabalho, nos termos do artigo 60.º do Decreto-lei, adquirindo estes o estatuto de trabalhadores em regime de emprego apoiado. -----

---2. O contrato de trabalho deve ter ainda em atenção as adequações exigidas pela natureza da deficiência dos trabalhadores em regime de emprego apoiado, de acordo com a legislação em vigor, designadamente no que respeita a: -----

---a) Regime; -----

---b) Deveres da entidade empregadora; -----

---c) Duração do trabalho; -----

---d) Trabalho por turnos; -----

---e) Intervalos e descanso; -----

---f) Retribuição; -----

---g) Segurança Social; -----

---h) Cessação do contrato. -----

---3. O Segundo Outorgante deve apresentar ao Primeiro o triplicado dos contratos de trabalho em regime de emprego apoiado, no prazo de 10 dias após assinatura dos mesmos. -----

#### ---CLÁUSULA X-----

##### ---TRANSIÇÃO PARA O MERCADO NORMAL DE TRABALHO-----

---A transição de qualquer trabalhador em regime de emprego apoiado para o mercado normal de trabalho far-se-á sempre após prévia avaliação do trabalhador e mediante a sua adequada colocação num posto de trabalho. -----

#### ---CLÁUSULA XI-----

##### ---RETRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES EM REGIME DE EMPREGO APOIADO-----

---O trabalhador em regime de emprego apoiado tem direito a uma remuneração aferida à de um outro trabalhador com capacidade normal para o mesmo posto de trabalho, em função da graduação da sua capacidade, a qual não pode, em qualquer caso, ser inferior retribuição mínima mensal garantida. -----

#### ---CLÁUSULA XII-----

##### ---SEGURANÇA SOCIAL-----

---1. Os trabalhadores em regime de emprego apoiado são abrangidos pelo regime geral de Segurança Social e suportam os custos com a contribuição da sua responsabilidade correspondente à totalidade da retribuição recebida. -----

---2. O Segundo Outorgante deve pagar atempadamente as contribuições devidas à Segurança Social, assumindo os custos com as contribuições da sua responsabilidade correspondentes à remuneração por si suportada. -----

#### ---CLÁUSULA XIII-----

##### ---DEVERES DO PRIMEIRO OUTORGANTE-----

---O Primeiro Outorgante obriga-se, designadamente, a: -----

---a) Conceder apoio técnico à instalação e funcionamento do Enclave; -----

---b) Acompanhar o desenvolvimento do presente Acordo e das actividades realizadas no seu âmbito; -----

---c) Exercer a tutela sobre o Enclave, nos termos do artigo 48.º e 58.º do Decreto-lei. -----

#### ---CLÁUSULA XIV-----

##### ---DEVERES DO SEGUNDO OUTORGANTE-----

---1. Constituem deveres do Segundo Outorgante, para além dos enunciados na lei geral: -----

---a) Assegurar os apoios médico, psicológico e social de que careçam os trabalhadores em regime de emprego apoiado; -----

---b) Não praticar, nem consentir que se pratiquem, quaisquer actos que revelem obstrução ou discriminação em relação aos trabalhadores em regime de emprego apoiado; -----

---c) Colaborar activamente na valorização pessoal e profissional dos trabalhadores em regime de emprego apoiado, facilitando sempre que possível a sua passagem para o mercado competitivo de -----



trabalho;-----  
---d) Colocar à disposição dos trabalhadores em regime de emprego apoiado os adequados suportes técnicos de reabilitação profissional, outrossim, todas as condições necessárias ao êxito do seu estágio e da sua actividade profissional.-----

---2. O Segundo Outorgante obriga-se, ainda, nomeadamente, a:-----

---a) Cumprir as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, constantes, nomeadamente do Decreto-lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro, do Despacho normativo n.º 18/2010, de 29 de Junho;-----

---b) Cumprir o previsto no Manual de Procedimentos do Contrato de Emprego Apoiado em Entidades Empregadoras, disponibilizado pelo IEFP, IP em-----

<http://www.iefp.pt/apoios/PessoasDeficiencia/ProgramaEmpregoApoioQualPessoasDeflnc/EmpregoApoiado/Paginas/ContratoEmpregoInsercaoPessoasDeficienciasIncapacidades.aspx>;-----

---c) Organizar e manter permanentemente actualizado um dossier técnico/financeiro do qual constem os documentos comprovativos da execução do projecto, nos termos previstos no Manual de Procedimentos do Contrato de Emprego Apoiado em Entidades Empregadoras, com as necessárias adaptações;-----

---d) Disponibilizar toda a informação necessária ao acompanhamento do Acordo pelo Primeiro Outorgante sempre que este o solicite, bem como prestar os esclarecimentos necessários ao acompanhamento, controlo e avaliação da execução das actividades;-----

---e) Comunicar por escrito ao Primeiro Outorgante todas as situações que pela sua natureza e/ou gravidade possam implicar a cessação do(s) contrato(s) de emprego apoiado;-----

---f) Prestar ao Primeiro Outorgante, até 31 de Janeiro de cada ano, informação sobre a situação dos postos de trabalho em regime de emprego apoiado referente ao ano anterior.-----

---CLÁUSULA XV-----

---CESSAÇÃO DO ENCLAVE-----

O Primeiro Outorgante pode cancelar a autorização de funcionamento do Enclave quando para tal haja motivo justificado, sem prejuízo das responsabilidades que a respectiva gestão tenha assumido para com terceiros.-----

---CLÁUSULA XVI-----

---CONTRATOS DE TRABALHO EM VIGOR-----

---Os contratos de trabalho em vigor mantêm-se nos seus termos, sendo-lhes aplicável o regime previsto no artigo 60.º do Decreto-lei.-----

---CLÁUSULA XVII-----

---PRODUÇÃO DE EFEITOS E VIGÊNCIA-----

---1. O presente Acordo tem a validade de 2 anos, automaticamente renovável por iguais períodos se entretanto não for denunciado por qualquer dos outorgantes, por escrito, com a antecedência mínima de 90 dias.-----

---2. O presente Acordo produz efeitos a 10 de Fevereiro de 2010.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 43 /VP/ 2011 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **4. Proposta Nº24 /VSL / 2011** -----

--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a Proposta que se transcreve:-----

---“ Considerando que a Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo solicitou à Câmara Municipal de Azambuja apoio financeiro para obras necessárias na Casa Mortuária e Igreja Matriz de Aveiras de Baixo.-----

---Considerado que os custos da obra ascendem ao valor total de 2.552,25€, conforme documento anexo à presente proposta;-----

---Considerando que é competência da Câmara deliberar sobre formas de apoio às freguesias, conforme disposto na al) b) do n.º 6 do artigo 64.º Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.-----

---Proponho:-----

---“Que a Câmara Municipal de Azambuja delibere, atribuir à Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo a quantia de 1000 euros (mil euros) para obras executadas na Casa Mortuária e Igreja Matriz”.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 24 /VSL/ 2011 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **5. Proposta Nº26 / VSL / 2011** -----

--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a Proposta que se transcreve:-----

---“Considerando que:-----

--- Compete à Câmara Municipal apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra. -- art. 64.º, n.º 4, al. b) da Lei das Autarquias Locais;-----

--- Uma das formas que consubstancia esse tipo de apoio consiste na cedência de viaturas de transporte colectivo de passageiros às associações do Município de Azambuja, designadamente as de natureza cultural, desportiva e recreativa, como forma de permitir o transporte de praticantes ao local de exposições e provas;-----

--- O referido apoio tem sido enquadrado no âmbito do Regulamento de Cedência de Viaturas de Transporte Colectivos de Passageiros do Município de Azambuja, cuja última versão foi aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de Azambuja de 7 de Outubro de 2010;-----

--- Da experiência recolhida ao longo do período de vigência do regulamento constatou-se a conveniência de realizar ajustes às suas disposições, de modo a aperfeiçoar a sua exequibilidade prática,-----

---Proponho:-----

---"Que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal as seguintes alterações ao Regulamento de Cedência de Viaturas de Transporte Colectivos de Passageiros do Município de Azambuja, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Azambuja de 7 de Outubro de 2010, de acordo com o disposto no art. 53.º, n.º 2, al. c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

---Artigo 1.º-----

---Os artigos 4.º, 5.º e 6.º do Regulamento Municipal de Cedência de Transportes Colectivos de Passageiros, passam a ter a seguinte redacção:-----

---Artigo 4.º-----

---(...)-----

---1. As viaturas cedidas só podem ser conduzidas por motorista da Câmara Municipal, para o efeito credenciado.-----

---2. (...)-----

---3. (...)-----

---Artigo 5.º-----

---(...)-----

---1. Constituem encargos a suportar pela entidade requerente:-----

---a) O pagamento do combustível consumido e do desgaste da viatura, em função do tempo de circulação registado no tacógrafo, calculado nos termos do Capítulo XXI da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas, Licenças e Preços do município de Azambuja;-----

---b)(...)-----

---c)(...)-----

---d) -O valor correspondente às horas de trabalho de um motorista de transportes colectivos, calculado nos termos do Capítulo XXI da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas, Licenças e Preços do município de Azambuja;-----

---2. (...)-----

---3. (...)-----

---Artigo 6.º-----

---(...)-----

---1. (...)-----

---2. (...)-----

---3. A utilização de viaturas por Instituições Particulares de Solidariedade Social é compartilhada integralmente até ao limite de uma viagem por ano até 200 quilómetros, podendo o número de quilómetros não utilizado em cada ano ser utilizado nos anos subsequentes.-----

---4. (...)-----

---Artigo 2.º-----

---É republicado em anexo o Regulamento de Cedência de Viaturas de Transporte Colectivos de Passageiros do Município de Azambuja".-----

---ANEXO-----

---Republicação do Regulamento de Cedência de Viaturas de Transporte Colectivos de Passageiros do Município de Azambuja-----

---NOTA JUSTIFICATIVA---

---A recente aprovação quer do regime das finanças locais pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, quer do regime geral das taxas das autarquias locais, pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, levou à necessidade de criação de um Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Preços, que reúna todas as taxas, preços e Receitas do município.---

---Desta forma, tornou-se imprescindível criar um Regulamento de Cedência de Viaturas de Transporte Colectivo de Passageiros do Município de Azambuja a entidades com sede na área do Município de Azambuja que desempenhem funções de relevante interesse social, cultural e desportivo, uma vez que a respectiva cedência tem funcionado com base num conjunto de normas adoptado em 2004. O decurso do tempo desde a sua aprovação permite e aconselha uma reavaliação do regime com base na experiência entretanto adquirida, a bem da clareza, coerência e praticabilidade das soluções a adoptar, e com vista a permitir a maior justiça e equilíbrio na concessão deste tipo de apoios. ---

---Assim, ---

---A Assembleia Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o seguinte:---

---Artigo 1.º---

---Âmbito de aplicação---

---1. Podem beneficiar da cedência de viaturas prevista no presente regulamento as entidades com sede na área do Município de Azambuja que se integrem em qualquer das categorias seguintes, por ordem de preferência:---

---a) Juntas de Freguesia; ---

---b) Estabelecimentos de ensino, no âmbito de acções apoiadas pelo Município e inseridas no respectivo Projecto Educativo ou no âmbito do desporto escolar. ---

---c) Instituições Particulares de Solidariedade Social; ---

---d) Associações de Desporto, Cultura e Recreio; ---

---e) Estabelecimentos de ensino, fora dos casos previstos na alínea b); ---

---f) Outras entidades sem fins lucrativos, de natureza social, cultural, desportiva ou recreativa. ---

---Artigo 2.º---

---Critérios de cedência---

---1. Só pode ser autorizada a cedência de viaturas às entidades referidas no número anterior para a realização de actividades que se insiram no seu objecto estatutário ou na execução dos seus planos de actividades. ---

---2. Para além da ordem de preferência estabelecida no artigo anterior, os conflitos entre pedidos da mesma natureza serão apreciados tendo em conta a sua ordem de entrada e, em caso de entrada simultânea, o interesse cultural, desportivo ou recreativo da actividade em causa. ---

---Artigo 3.º---

---Apresentação dos pedidos---

---1. Os pedidos de cedência devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara em requerimento próprio, com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data em que é pretendida a utilização. ---

---2. O Presidente da Câmara pode solicitar à entidade requisitante os elementos complementares que considere necessários à apreciação do pedido. ---

---3. A decisão sobre o pedido é comunicada aos requerentes com a antecedência mínima de cinco dias. ---

---4. A apresentação de pedidos fora do prazo previsto no n.º 1 não impede a sua apreciação, cessando, no entanto, o dever de pronúncia sempre que o tempo a decorrer até à data para a qual é pretendida a utilização prejudicar o mérito da decisão. ---

---Artigo 4.º---

---Condições de utilização---

---1. As viaturas cedidas só podem ser conduzidas por motorista da Câmara Municipal, para o efeito credenciado. ---

---2. Antes da realização da viagem, a entidade requisitante deve indicar uma pessoa responsável por garantir o cumprimento por parte dos utilizadores das regras de utilização das viaturas prevista no presente regulamento. ---

---3. O motorista e o responsável pela utilização devem verificar o estado da viatura antes e depois da realização da viagem, de modo a apurar a existência de danos ocorridos durante a utilização, fazendo constar quaisquer observações dignas de nota de documento assinado por ambos. -----

---4. Para repouso do motorista, por cada período de 4 horas e 30 minutos de condução, deverá ser efectuada uma interrupção mínima de condução de 45 minutos consecutivos que podem ser substituídos por pausas dentro ou no fim desse período, fraccionando-se o período de 45 minutos de interrupção em duas pausas no máximo, sendo que terão a duração mínima, respectivamente, de 15 m a primeira e de 30 m a segunda. -----

---5. Não podem ser transportados quaisquer objectos ou materiais susceptíveis de danificar a viatura ou pôr em perigo a segurança dos passageiros e do motorista. -----

---6. Em caso de avaria do autocarro, impedimento do motorista, ou por qualquer outro motivo de força maior, a Câmara informa atempadamente do facto a entidade requisitante, não assumindo a responsabilidade pela substituição do autocarro. -----

---Artigo 5.º-----

---Encargos-----

---1. Constituem encargos a suportar pela entidade requisitante:-----

---f)O pagamento do combustível consumido e do desgaste da viatura, em função do tempo de circulação registado no tacógrafo, calculado nos termos do Capítulo XXI da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas, Licenças e Preços do município de Azambuja; -----

---g)O pagamento das portagens cobradas durante o percurso; -----

---h)A alimentação e estadia do motorista, quando necessário; -----

---i)O valor correspondente às horas de trabalho de um motorista de transportes colectivos, calculado nos termos do Capítulo XXI da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas, Licenças e Preços do município de Azambuja; -----

---j)O valor do trabalho extraordinário a ser pago pela autarquia, no caso de a tarefa se enquadrar em trabalho extraordinário prestado em dia de descanso semanal ou em dia normal de trabalho. -----

---2. Para efeitos da alínea a) do número anterior, as viaturas devem iniciar as viagens com o depósito cheio, voltando-se a enchê-lo à chegada, dando-se conhecimento dos litros de combustível ao representante da entidade utilizadora. -----

---3. Uma vez confirmado o pedido pela Câmara e após a elaboração de orçamento pelo Sector de Transportes, haverá lugar ao pagamento, na UAP, de 50% do valor respectivo, sendo o restante valor pago até quinze dias após a emissão da factura do montante real apurado. -----

---Artigo 6.º-----

---Comparticipações-----

---1. A utilização de viaturas pelos estabelecimentos de ensino, no âmbito de acções apoiadas pelo Município e inseridas no respectivo Projecto Educativo ou no âmbito do Desporto Escolar é comparticipada integralmente pelo Município, anualmente, até ao número total de turmas por cada estabelecimento e, desde que, se realizem até uma distância máxima de 50 km, a contar da sede do concelho. -----

---2. Todas as viagens efectuadas na área geográfica do município pelos estabelecimentos de ensino são gratuitas. -----

---3. A utilização de viaturas por Instituições Particulares de Solidariedade Social é comparticipada integralmente até ao limite de uma viagem por ano até 200 quilómetros, podendo o número de quilómetros não utilizado em cada ano ser utilizado nos anos subsequentes. -----

---4. As comparticipações previstas nos números anteriores aplicam-se exclusivamente a viagens no território nacional. -----

---Artigo 7.º-----

---Obrigações-----

---1. As entidades beneficiárias da cedência de transporte obrigam-se a respeitar as seguintes regras:-----

---a)Não utilizar a viatura para fim diverso do solicitado;-----

---b)Manter a viatura em bom estado de conservação e limpeza, assumindo o pagamento dos danos causados pelos utilizadores; -----

---c)Não fazer transportar na viatura pessoas estranhas à actividade da entidade requisitante;-----

---d)Suportar as despesas de regresso e alojamento das pessoas transportadas no caso de eventual imobilização do veículo por motivo de acidente ou incidente; -----

---e)Diligenciar pelo cumprimento, por parte dos utilizadores, das regras de segurança, bem como das regras previstas no n.º seguinte. -----

---2. Os utilizadores da viatura obrigam-se a respeitar as seguintes regras: -----

---a)Acatar as ordens e indicações do motorista ou de qualquer responsável indicado por parte da Câmara Municipal; -----

---b)Não fumar; -----

---c)Não comer; -----

---d)Não danificar ou sujar a viatura; -----

---e)Não permanecer de pé ou circular com a viatura em andamento; -----

---f)Não perturbar a acção do motorista nem comportar-se de forma a pôr em causa a segurança da viatura e dos passageiros. -----

---3. Os condutores obrigam-se a: -----

---a)Apresentar um relatório circunstanciado da viagem, com todas as ocorrências dignas de nota, ao superior hierárquico, nos três dias seguintes à sua realização; -----

---b)Respeitar o horário e o itinerário previstos; -----

---c)Zelar pelo bom estado de conservação e limpeza da viatura. -----

---Artigo 8.º -----

---Disposições finais -----

---1. É revogado o regulamento denominado «Normas de Utilização de Transportes Colectivos de Passageiros da Câmara Municipal de Azambuja», aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 22 de Janeiro de 2004. -----

---2. As dúvidas e lacunas suscitadas pelo presente regulamento são resolvidas e integradas pela Câmara Municipal. -----

---3. O presente regulamento entra em vigor 15 dias após sua publicação.

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 26 /VSL/ 2011 foi aprovada por maioria com seis votos a favor (PS e CPFNT) e uma abstenção (CDU). -----

---2. INFORMAÇÕES: -----

---2.1. Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira – Aprovisionamento - Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período: 22/09/2011 a 06/10/2011. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- 2.2. Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira – Contabilidade--- Resumo da Execução Orçamental – Período: 2 de Janeiro a 04 de Outubro de 2011 -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- 2.3. Informação Nº.1/P/201-Informação Financeira-EMIA-1ºSemestre 2011. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- 2.4. Informação Financeira da Câmara Municipal de Azambuja - Semestral 2011 -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----Gabinete de Apoio à Presidência, 12 de Outubro de 2011-----

-----O Presidente da Câmara Municipal -----



-----Joaquim António Ramos (Dr.)-----